

## O pajubá como tecnologia linguística na constituição de identidades e resistências de travestis

### RESUMO

**João Gomes Junior**

E-mail: jaumgomesjr@gmail.com  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ - Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Brasil

A proposta deste artigo é apresentar uma breve reflexão teórica sobre como as travestis utilizam o pajubá como uma variação linguística de gênero, sexualidade e classe e como uma tecnologia de subversão na elaboração linguística de uma identidade de grupo, subjetividades individuais, resistências sociais e no confronto com as normas binárias de existência socialmente impostas pela heteronormatividade compulsória. A metodologia consistiu na análise bibliográfica de materiais de referência segundo uma abordagem qualitativa e interpretativista, a Teoria *Queer* (BUTLER, 2017; MISKOLCI, 2017; SALIH, 2017) e a Linguística *Queer* (BORBA, 2014), com contribuições dos Estudos Descoloniais (RIBEIRO, 2017; PEREIRA, 2015; VERGUEIRO, 2015; SPIVAK, 2010; LUGONES, 2008).

**PALAVRAS-CHAVE:** Pajubá. Travestis. Variação linguística. Tecnologia linguística. Linguística *Queer*.

## INTRODUÇÃO

A partir da repercussão no cenário cultural nacional de artistas travestis e transexuais como MC Xuxú, Linn da Quebrada, Jup do Bairro, Majur e Mulher Pepita, entre outras, bem como da presença do pajubá em uma questão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do ano de 2018 (HARTMANN, 2018), tornou-se interessante investigar, em minha pesquisa de pós-graduação em Estudos Linguísticos e Literários, como um grupo de travestis de um município da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, utiliza essa variação linguística do português brasileiro. Este artigo, escrito no decorrer da pesquisa citada (e ainda em andamento), pretende ser uma aproximação teórica da discussão acerca do pajubá enquanto uma tecnologia linguística elaborada e utilizada por travestis e mulheres transexuais nos seus processos de relação e embate com a sociedade patriarcal e heteronormativizada na qual estamos todos/as inseridos/as, uma linguagem que perpassa a formação de suas identidades e resistências.

É bom que se saiba de partida que todo discurso é elaborado a partir de relações de poder, intenções, objetivos e lugares sociais específicos (HILÁRIO; GOMES JUNIOR, 2019), e que por isso todo texto deve ser encarado não como um “amontoado de palavras”, mas como um discurso, um “sistema que estrutura determinado imaginário social, pois falaremos de poder e controle” (RIBEIRO, 2017, p. 55-56). E todo discurso parte da mesma localização dos seus autores e de suas autoras, isto é, dos seus locais de fala. Aqui não é diferente e por isso aproveito para dizer de onde venho, marcar o meu lugar neste estudo enquanto um homem negro, gay, periférico, professor e poeta, militante LGBTI+ em constante diálogo, aproximação e amizade com travestis e mulheres transexuais.

Tenho como objetivo, desse modo, realizar neste artigo uma breve reflexão teórica a partir das primeiras conclusões obtidas em minha pesquisa de especialização sobre como as travestis, especificamente, aprenderam, elaboram e utilizam o pajubá como uma tecnologia linguística na constituição de suas identidades individuais e de uma coesão identitária e cultural do grupo, permitindo performances sociais e de gênero e colaborando com o desenvolvimento de sociabilidades, reconhecimentos, afetos e resistências frente à cultura majoritariamente cisgênero, heterossexual e branca da sociedade carioca e brasileira.

Visando o meu objetivo, e entendendo por meio da sociolinguística que o pajubá pode ser compreendido como uma variação linguística que abarca marcadores sociais de identidade e diferença de gênero, sexualidade, classe e raça (COELHO, 2010; MOLLICA, BRAGA, 2017), a metodologia empregada foi o levantamento e análise de referencial teórico para realização de um estudo bibliográfico. Assumindo uma abordagem qualitativa e interpretativista (MOITA LOPES, 1994), tive como base a Teoria *Queer* (BUTLER, 2017; MISKOLCI, 2017; SALIH, 2017) e a Linguística *Queer* (BORBA, 2014; LIMA, 2017), com contribuições dos Estudos Descoloniais (RIBEIRO, 2017; PEREIRA, 2015; VERGUEIRO, 2015; SPIVAK, 2010; LUGONES, 2008), por meio dos quais busquei compreender como o pajubá reflete e cria fissuras nas relações de poder da sociedade, afeta e produz subjetividades, identidades e modos de resistência entre as travestis.

## CONCEITUAÇÃO

Este trabalho de análise bibliográfica se insere nos estudos de linguística e tem como base teórica a sociolinguística, por meio da qual compreendo o pajubá enquanto uma variação linguística de gênero, sexualidade, classe e raça, e da qual me aproximo através dos trabalhos de William Labov (2008), Izete Coelho (2010), Stella Maris Bortoni-Ricardo (2014), e Maria Cecília Mollica e Maria Luiza Braga (2017). Para compreender e aproximar-me do pajubá, utilizei estudos como o de Janaina Azevedo (2010), que reuniu diversas palavras em iorubá usadas nos terreiros de candomblé e nas casas de umbanda, o trabalho de Ângelo Vip e Fred Libi (2006), o livro de Carlos Henrique Lucas Lima (2017), e os artigos de Pedro Anácio Camarano e Bruno Franceschini (2019) e Luan da Cruz e Raphael de Paula Tito (2016).

Como a abordagem aqui empregada é uma abordagem qualitativa e interpretativista, busquei bases teóricas no trabalho de Luiz Paulo da Moita Lopes (1994). A análise das informações levantadas se fez por meio de um diálogo entre a Teoria *Queer*, a Linguística *Queer* e os Estudos Descoloniais, diálogo esse compreendido através dos trabalhos de Judith Butler (2017), Richard Miskolci (2017), Sara Salih (2017), Guacira Lopes Louro (2017), Djamila Ribeiro (2017), Pedro Paulo Gomes Pereira (2015), Viviane Vergueiro (2015), Gayatri Spivak (2010) e María Lugones (2008). Esclareço que o uso do termo “Descolonial”, e não o recorrente “Decolonial”, justifica-se pelo fato desse último ser muito próximo ao original em inglês, o que acaba, de certa forma, por reproduzir linguisticamente o processo colonial que o próprio conceito tenta pôr fim.

Como a minha pesquisa fundamenta-se em conceitos como cultura, identidade, sociabilidade, práticas e representações, gênero e sexualidade, alguns deles também perpassam este artigo. Dentre estes, ressalto a definição de alguns, como os conceitos de gênero e sexualidade que foram aqui trabalhados em acordo com os apontamentos advindos da Teoria *Queer*, em especial na definição de Judith Butler (2017), segundo a qual o gênero seria uma performance social cultural e discursivamente elaboradas.

Para Richard Price e Sidney Mintz, por sua vez, entendo por cultura “um corpo de crenças e de valores, socialmente adquiridos e modelados, que servem a um grupo organizado como guias de comportamento” (PRICE; MINTZ, 1976 apud CHALHOUB, 2011, p. 27.) Portanto, entendo aqui a cultura como um conjunto de crenças, valores e comportamentos que são socialmente elaborados, selecionados, adquiridos e modelados dando coesão ao grupo e servindo-lhe de guia, como pode ser observado entre as travestis por meio do pajubá e dos usos que fazem dessa tecnologia.

Na busca pelas identidades compartilhadas na formação de uma cultura identitária, surgiu um desafio imposto pelo próprio conceito de subjetividade, componente daquelas. Recorrendo a Félix Guattari e Suely Rolnik, entendo como solução para o problema a percepção da vida em sociedade como um campo percorrido por práticas, discursos, símbolos, signos e fluxos variados que atuam, ao longo de nossas vidas, no processo de constituição das subjetividades. Ela é, assim, resultado de uma produção social complexa, compartilhada, podendo ser individual e articulada em grupos e coletivos (GUATTARI; ROLNIK, 2005).

Outra conceituação que carece de definição é a de identidade, cuja fundamentação busquei em Stuart Hall (2006). Ele argumenta que a identidade é constituída pela cultura na qual o indivíduo se inscreve, tal como a subjetividade, e promove pertencimentos sexuais, étnicos, religiosos, comportamentais, etc. A noção de “identidade sociológica”, que para Hall passa por uma crise na pós-modernidade, é a que melhor se enquadrou nesta análise. Segundo este conceito, os indivíduos são sujeitos dotados de um núcleo interior, o “eu real”, cuja essência é modificada pelo constante diálogo com o mundo “exterior”, com o convívio em grupo e nas redes de sociabilidade. Assim, num processo dialético, a subjetividade dos indivíduos forma-se na prática e no contato com o universo sociocultural e político no qual se inscrevem, e se conforma enquanto identidade quando os sujeitos tomam para si a agência de suas relações e se estabelecem como atores sociais. Esta identidade é uma “sutura” entre o indivíduo e a cultura na qual ele se insere, promovendo estabilidade e união.

### ALGUMAS PALAVRAS SOBRE AS TRAVESTIS: IDENTIDADES E RESISTÊNCIAS

No âmbito deste artigo, compreendo que travesti é uma identidade de gênero feminina e especificamente latino-americana com a qual se reconhecem pessoas que ao nascerem tiveram o seu gênero designado a partir do sexo masculino. Não necessariamente se consideram mulheres, mas igualmente não se identificam como homens. Atualmente, muitas pessoas transexuais têm se identificado como travestis por conta de questões e posicionamentos políticos (COLETIVO LGBT+ AMETISTA, 2019). A partir dos apontamentos de Judith Butler (2017), podemos pensar a identidade travesti como uma performance, assim como os demais gêneros. Em sua formulação, os gêneros são performados a partir de construções sociais e discursivas baseadas em um sistema epistemológico e ontológico que deve ser entendido como a “grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados” (BUTLER, 2017, p. 24). Nesse sentido, compreendo que as travestis constroem e performam a sua identidade a partir de uma construção particular do que entendem como “feminino” e em confronto com a ordem binária compulsória que tenciona forjar seus gêneros como masculinos em relação ao sexo biológico.

Antes, entendidas conforme os parâmetros da “travestilidade” (como nos períodos colonial e imperial em que atores teatrais travestiam-se de mulheres), e posteriormente do “travestismo” (conceito usado na patologização de tal identidade, vista como uma perversão ou inversão dos “instintos sexuais” dos indivíduos), sua história é uma história de resistência em variados níveis que se estende até os nossos dias. Como apontam Thiago Barcelos Soliva e João Gomes Junior:

A designação travesti não estava ligada [...] de maneira estrita, à uma identidade ou expressão de gênero, como nos dias atuais. A travestilidade, na época chamada “travestismo”, era associada a um “desvio” patológico naqueles homens que “se faziam passar por mulheres” adotando indumentárias, roupas ou expressões, por exemplo, atribuídas ao considerado feminino. Em um contexto em que a discussão sobre a construção social do gênero simplesmente não existia, os indivíduos tinham seus gêneros reconhecidos a partir dos seus “sexos biológicos”, uma identificação estritamente binária.

Assim, tornou-se muito comum a expressão “fazer travesti”, que já era utilizada pelo menos desde o século XVIII como forma de se referir ao “travestismo” em termos artísticos, principalmente no teatro. No Brasil essa forma de exposição artística sempre ocorreu, mas se intensificou ao longo do século XX no que ficou conhecido como “fazer travesti”, o “travesti artístico”, uma travestilidade que era dissociada do “travestismo patológico”, “do travesti comum” e “marginal” relacionado a diversas formas de “desregramento” e “degeneração”, como a exploração sexual, a prostituição e a marginalização social. (BARCELOS SOLIVA; GOMES JUNIOR, 2020, p. 145.)

Partindo da minha formação em História e da minha aproximação epistemológica com as áreas da Sociologia e da Antropologia, percebo que as travestis fazem parte da história brasileira há muitos séculos, e desde sempre têm sofrido com as violências de uma sociedade conservadora, machista e transfóbica (FIGARI, 2007). De acordo com os dados recentes divulgados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em seu dossiê,

No ano de 2018, lembrando incansavelmente do aumento da subnotificação desses dados, ocorreram 163 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 158 Travestis e Mulheres Transexuais, 4 Homens Trans e 1 pessoa Não-Binária. Destes, encontramos notícias de que apenas 15 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 9% dos casos. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 15.)

Não bastasse essa realidade violenta que são obrigadas a enfrentar, a identidade de gênero dessas pessoas ainda é questionada e desconhecida pela maioria da população, o que resulta em sua marginalização, invisibilização (ainda que numerosas e visíveis no imaginário cultural) e exclusão do convívio social (CARRARA; VIANNA, 2006). Tal posição social, vivida no limite dos binarismos de gênero e desafiadora da ordem compulsória heterossexual (BUTLER, 2017), se reflete e pode ser percebida em suas experiências de vida. E as experiências de vida das travestis, num constante devir posto que fogem ao padrão heterossexual e patriarcal de vida, acabam muitas vezes por serem definidas exclusivamente no e pelo conflito, como o conflito e as fissuras que estabelecem com a ordem vigente de gênero, como escrevem Richard Miskolci e Larissa Pelúcio (2007, p. 259.):

Esse processo de desnaturalização é o que denominamos de conflito com a ordem vigente de gênero, mas que não pode ser tomado como um enfrentamento engajado. Tal experiência de conflito pode ser até mesmo provocativa e desestabilizadora, mas não é capaz por si só de modificar a norma.

Conforme escreve Rogério Diniz Junqueira (2013), a grande maioria das pessoas que se identificam e expressam o seu gênero como travestis não encontram acolhimento desde cedo em suas famílias, muito menos no espaço escolar posteriormente, o que, como aponta Don Kulick (2008) em sua pesquisa etnográfica realizada com travestis na Bahia, leva as travestis à formação de redes de sociabilidades e de resistências entre si. De acordo com Kulick, é no convívio com outras travestis que elas estabelecem meios de performar e expressar a sua identidade de gênero e as suas sexualidades, de resistir e de viver, muitas vezes

unicamente por meio de práticas consideradas ilícitas pela legislação brasileira, como a prostituição, por exemplo.

Neste convívio, as travestis forjam discursos próprios, identidades, vínculos, amizades e afetos que permitem-nas existir socialmente, sendo não só as ruas e os meios de prostituição os locais onde se agrupam, como também nas casas e terreiros de religião de matriz afro-brasileira, em especial o candomblé (FRY, 2015). É na convergência dessas múltiplas esferas que elas elaboram uma cultura própria, com características, modos de ser e falares (como o pajubá) particulares, em constante fricção com a cultura hegemônica, de onde despontam fissuras e novas relações (GOLDENBERG, 2009).

### O PAJUBÁ: SUA EMERGÊNCIA HISTÓRICA E A SUBVERSÃO SOCIAL

As travestis, suas vivências e cultura vêm sendo estudadas por áreas do conhecimento como a História, a Sociologia e a Antropologia. Com a minha pesquisa e com este artigo eu pretendo contribuir com os estudos de linguística sobre esta temática – principalmente no tocante às criações identitárias e subversões sociais que o pajubá possibilita enquanto uma variação linguística do português (CAMARANO; FRANCESCHINI, 2019) e uma tecnologia que se constitui numa forma de resistência sócio cultural por não ter sido criada nem se colocar à serviço da necropolítica que assassina sistematicamente grupos estigmatizados, como as pessoas negras e as travestis no Brasil. Emprego aqui o conceito de necropolítica conforme desenvolvido e apresentado por Achille Mbembe (2018) segundo o qual, inspirado nos conceitos foucaultianos de biopoder e biopolítica, este seria o poder criado e articulado social e politicamente para definir os corpos que merecem viver e os corpos que merecem morrer e como essas vidas e mortes podem se dar. Dessa maneira, em um Estado neoliberal como o brasileiro, baseado no capital e no lucro econômico que os indivíduos podem produzir e historicamente em estruturas conservadoras e autoritárias, algumas pessoas têm suas vidas mais valorizadas que outras e, por isso, pessoas pobres, negras e pertencentes à população LGBTI+ são consideradas como vidas menos importantes, mais propensas ao “descarte”. Em decorrência de um processo histórico, travestis e pessoas transexuais tiveram suas identidades e vivências invalidadas, associadas ao espaço público e à marginalidade, e assim travam suas experiências e relações nas “franjas da sociedade” - não à toa o Brasil é o país onde mais se matam e morrem travestis e transexuais no mundo. É dessa maneira que a necropolítica atua sobre esse grupo, determinando essas vidas como menos importantes. É, por isso, que o pajubá se faz como uma linguagem de resistência, por se dar fora dessa estrutura e desse sistema de morte.

Neste contexto, tendo em vista as variadas possibilidades de pesquisa apresentadas pela sociolinguística, torna-se possível tentar compreender como as travestis criam as suas subjetividades e desenvolvem as suas resistências por meio da linguagem.

A língua é um sistema heterogêneo não caótico, isto é, dotado de uma heterogeneidade estruturada, sendo a variação parte desse sistema. E essa variação linguística (como o pajubá, no caso deste texto) pode ser sistematizada e compreendida a partir de um instrumental metodológico fornecido pela Teoria da Variação e Mudança, uma teoria que faz parte dos estudos de Sociolinguística

(área do conhecimento em que se inscreve este projeto). Conforme aponta Joaquim Mattoso Camara Jr (1992), a língua pode variar no espaço, em dialetos regionais, variar na hierarquia social, em dialetos sociais, e de acordo com a situação comunicativa. Em toda língua há, ao lado da “regularidade”, “irregularidades” como a variação que ocorre na fala. A variação pode ser definida como um processo em que duas ou mais formas de fala podem ocorrer no mesmo contexto linguístico com mesmo valor referencial. A variação ocorre em todos os níveis de estudo linguístico (fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, lexical) e em suas interfaces. Ao lado do conceito de “variação” temos o conceito de “variedade”, que trata da fala de uma comunidade de um modo global. Esta “fala de um modo global” é estabelecida como a norma – e é aí que se dá a valoração social, tendo em vista que é a sociedade que estabelece a norma e aponta o “certo” e o “errado”, o “regular” e o “irregular”.

A língua é um bem coletivo, de todas as pessoas, já a fala, não; a fala é restrita, individual. Toda língua viva é dinâmica, varia, ou seja, sofre transformações em virtude de vários fatores. Não há língua individual, de uma só pessoa, pois a língua está intrinsecamente relacionada com a sociedade, isto é, a língua diz respeito à coletividade, à uma ética social coletiva. E essa coletividade se dá de maneira concreta na fala dos indivíduos, em sua manifestação. A língua não é uma propriedade privada, é um bem coletivo relacionado à uma ética global e tudo nela está socializado, sendo a variação da fala parte das normas linguísticas e sendo a língua um bem coletivo, dotado de uma ética social, a fala expressa esta mesma ética, mesmo nas suas “irregularidades” e variações da norma estabelecida. Por isso, inicialmente inspirado numa perspectiva laboviana, interpreto a variação linguística como uma variação inerente às comunidades de fala, tal como esclarece Coelho (2010, p. 22):

Não existe uma comunidade de fala homogênea, nem um falante-ouvinte ideal. Pelo contrário, a existência de variação e de estruturas heterogêneas nas comunidades de fala é um fato comprovado. Existe variação inerente dentro da comunidade de fala – não há dois falantes que se expressam do mesmo modo, nem mesmo um falante que se expresse da mesma maneira em diferentes situações de comunicação.

Logo, compreendendo o sistema linguístico como um sistema heterogêneo, a variação pode ser assimilada como uma regularidade do sistema, uma espécie de “fissura regular” em um sistema que não se consegue homogêneo, sendo as/os suas/seus falantes competentes linguisticamente para lidar com as suas variáveis. Nesta abordagem, deve-se levar em consideração o componente social na análise da língua, ou seja, a relação que existe e as trocas entre a sociedade, a cultura e a língua da comunidade de fala. Nesse sentido, o pajubá constitui-se no contexto heterogêneo do português brasileiro, mas se faz compreensível por aquelas/es que o compartilham, por fazerem parte de um grupo social marginalizado cujas experiências coletivas e vivências individuais atuam sobre a língua que falam. Como aponta Fabiana Almeida (2008, p. 18.),

É por meio da língua que o homem representa seu universo, seus pensamentos, seus desejos e seus ideais; é por seu intermédio que a cultura de um povo se manifesta. [...] Língua e cultura estão de tal forma entrelaçadas que não é possível estudá-las isoladamente. Logo,

para captar a cultura de um povo, é fundamental que se conheça bem a sua língua.

Tendo o início dos seus usos ou o seu surgimento nas décadas de 1960 e 1970 entre as travestis que frequentavam os terreiros de candomblés, o pajubá (ou ainda bajubá em algumas variantes regionais), pode ser entendido como uma variação linguística de gênero, sexualidade e classe com origem no contato do iorubá e do nagô falados naqueles espaços de prática de religiões de matriz afro-brasileira com o português brasileiro (LIMA, 2017). É possível ver no livro *Diálogo de Bonecas* (1995), da ex-presidente da extinta Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) Jovana Baby, o primeiro estudo de fôlego sobre este dialeto ao reunir 800 termos usados pela comunidade LGBTI+ brasileira (STYCER, 1995).

O pajubá se estrutura como um mecanismo de subversão na elaboração linguística de uma identidade de grupo, subjetividades individuais, resistências sociais e no confronto com as normas binárias de existência socialmente impostas. Esta linguagem logo se consolidou numa forma de proteção de suas/seus falantes. Com o passar do tempo, ultrapassou suas primeiras usuárias e disseminou-se por toda a comunidade LGBTI+ brasileira, apresentando inclusive variações regionais. Atualmente existe uma variação que pode ser notada entre o pajubá, como historicamente se consolidou, e as “línguas pajubeyras”,

[...] um conceito de pretensão mais abrangente e que almeja dar conta da disseminação do pajubá não só para outros grupos identitários para além das pessoas trans (em especial as travestis), como ainda dos processos de criação de palavras e expressões não necessariamente relacionadas a idiomas e dialetos de origem africana. (LIMA, 2017, p. 56)

Como este trecho de Carlos Henrique Lucas Lima (2017) evidencia, o pajubá modificou-se, ampliou-se, passou por processos que podem ser vistos como evolutivos, variando dentro da sua própria estrutura linguística por meio da criação de outras expressões “pajubeyras” com origens diversas dos idiomas africanos, como se deu num primeiro momento. Ainda assim, tanto o pajubá como as línguas pajubeyras possuem potências políticas e os seus usos justificam-se não apenas por permitirem a resistência e a proteção de um grupo socialmente vulnerabilizado e subalternizado, mas também por sua importância na constituição de identidades da comunidade LGBTI+ brasileira, especialmente para as travestis e pessoas transexuais. Tal linguagem finda-se numa tecnologia que se expressa e fortalece suas/seus usuárias/os na luta sobre a qual discorri anteriormente, contra as violências que sofrem.

Por conseguinte, compreendo que o pajubá enquanto uma variação linguística pode ser entendido tanto como um “dialeto” como um “jargão”. Por meio de sua aproximação com a sociolinguística, cujos estudos apontam que nem todas as pessoas do Brasil falam o português da mesma forma. Levando em consideração alguns fatores como região, sexo, idade e classe social, é possível perceber mudanças fonológicas e lexicais, por exemplo, nas formas de falar. Essas variações na língua são produtos culturais e sociais. Enquanto um dialeto, parto das seguintes definições para pensar o pajubá. Segundo Joaquim Mattoso Camara Jr. (1992, p. 95),

Do ponto de vista puramente linguístico, os dialetos são falares regionais que apresentam entre si coincidências de traços linguísticos fundamentais. Cada dialeto não oferece, por sua vez, uma unidade absoluta em todo o território por que se estende, e pode dividir-se em “subdialetos”, quando há divergência apreciável de traços linguísticos secundários entre zonas desse território. A classificação dos dialetos e subdialetos de uma língua é, até certo ponto, convencional, pois depende dos traços linguísticos escolhidos para base de classificação; são sempre preferidos traços fonológicos e morfológicos porque a fonologia e a morfologia são aspectos de uma língua mais estáveis, mais sistemáticos e mais característicos de sua fisionomia.

Já o *Dicionário de Linguística* (1998) fornece a seguinte explicação:

O dialeto é uma forma de língua que tem o seu próprio sistema léxico, sintático e fonético, e que é usada num ambiente mais restrito que a própria língua. 1. Empregado corretamente como *dialeto regional* por oposição a *língua*, *dialeto* é um sistema de signos e de regras combinatórias da mesma origem que outro sistema considerado como língua, mas que se desenvolveu, apesar de não ter adquirido o *status* cultural e social dessa língua, independentemente daquela [...]. 2. O *dialeto social* é um sistema de signos e de regras sintáticas usado num dado grupo social ou em referência a esse grupo. Esse sistema pode ser reduzido a unidades lexicais que, posto de lado o valor afetivo, duplicam as unidades do vocabulário geral num determinado domínio. (DUBOIS *et all.*, 1998, p. 184. Grifos dos autores.)

Tanto Camara Jr. (1992) como os autores do *Dicionário* (1998) apresentam definições para o sentido de “dialeto” bastante próximas da compreensão que tenho do pajubá, mas é interessante perceber como a definição de “jargão”, também do *Dicionário* (1998), é capaz de explicar esta linguagem:

O *jargão* foi, primeiramente, uma forma da gíria, utilizada em uma comunidade, geralmente marginal, que sente a necessidade de não ser compreendida pelos não-iniciados ou de distinguir-se do comum [...]. Por extensão, *jargão* é empregado para designar uma língua que julgamos deformada, incorreta ou incompreensível. (DUBOIS *et all.*, 1998, p. 356. Grifos dos autores.)

Como se vê, a definição de “jargão” apela para um entendimento da linguagem como algo formado, compreensível e correto. Assim, sendo o pajubá uma linguagem que escapa à formalidade do português e propõe sentidos e significados incompreensíveis para a maioria da sociedade, sendo muitas vezes considerada incorreta, cabe também esta definição para compreendê-lo.

Todavia, defendendo a ideia, neste artigo, de que o pajubá é uma tecnologia linguística que promove e colabora na constituição de identidades e resistências por parte das travestis. As palavras não são meros instrumentos de comunicação e expressão. O português é uma língua com origem colonial, branca e constitui discursos e subjetividades de ordem patriarcal e cisheteronormativa. Os indivíduos não se utilizam das palavras para meramente moverem-se pelo mundo. As palavras, bem mais que isso, são signos vividos, representativos, e no tocante ao pajubá constituem-se em “instâncias de subjetivação”, posto que criam e fundam

a realidade (LIMA, 2017). Sendo uma tecnologia linguística, o pajubá institui discursos que vão de encontro com os discursos hegemônicos impostos pela língua portuguesa. Para Michel Foucault, em *A ordem do discurso* (1999), não há discurso neutro e todo discurso é dotado de poder, pois ele não traduz simplesmente as lutas ou os sistemas de dominação que o produziram, mas apresenta o poder que as classes dominadas querem deter, aquilo pelo que lutam: o poder de contar suas próprias histórias.

Dessa forma, portanto, como empregado pelas travestis, o pajubá é vivido enquanto uma performatividade da linguagem, sendo uma tecnologia que propõe éticas, sociabilidades, aproximações e resistências. Palavras como “alibã”, “mapô”, “odara”, “obé”, “baco”, “cacura”, “colori”, “marafo”, “taba”, etc., ao serem empregadas discursivamente e operacionalizadas na fala fazem do pajubá um discurso “às avessas”, que questiona a lógica dada e imposta e defende posturas e identidades outras. Por fim, é isso que o pajubá possibilita às travestis: a expressão livre, a possibilidade de contarem suas histórias e serem entendidas pelas/os suas/seus companheiras/os.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo é uma síntese das primeiras conclusões a que cheguei em minha pesquisa de especialização em Estudos Linguísticos e Literários, pesquisa essa que ainda tem muito para avançar. Ainda assim, pude discorrer acerca da história recente da formação identitária das travestis no Brasil e fundamentar discussões de relevância para a compreensão do pajubá.

Ao longo do texto, apresentei como as travestis entraram em contato com o nagô e o iorubá das nações do candomblé e assim puderam criar e aprender o pajubá, posteriormente elaborado e utilizado não só como um dialeto ou jargão em alguma medida por toda a população LGBTI+ brasileira, mas muito mais enquanto uma tecnologia linguística na constituição das identidades individuais e de uma coesão identitária e cultural desse grupo social específico na contemporaneidade. O pajubá permite performances sociais e de gênero, fomenta novas instâncias sociais e subjetivações, cria fissuras nos discursos hegemônicos e apresenta devires pessoais. Igualmente, colabora com o desenvolvimento de sociabilidades, reconhecimentos, afetos e resistências frente à cultura majoritariamente cisgênero, heterossexual e branca da sociedade brasileira. É uma tecnologia que articula a identificação e o cuidado de si, e promove visibilidade à um grupo socialmente marginalizado e subalternizado, com o qual podemos aprender sobremaneira.

## The pajubá as a linguistic technology in the constitution of identities and resistance of transsexual women

### ABSTRACT

The purpose of this article is to present a brief theoretical reflection on how transsexual women uses the pajubá as a linguistic variation of gender, sexuality and class and as a technology of subversion in the linguistic elaboration of a group identity, individual subjectivities, social resistance and confrontation with the binary rules of existence socially imposed by compulsory heteronormativity. The methodology consisted of a bibliographic analysis of reference materials according to a qualitative and interpretive approach, the Queer Theory (BUTLER, 2017; MISKOLCI, 2017; SALIH, 2017) and the Queer Linguistics (BORBA, 2014), with contributions from Descolonial Studies (RIBEIRO, 2017; PEREIRA, 2015; VERGUEIRO, 2015; SPIVAK, 2010, LUGONES, 2008).

**KEYWORDS:** Pajubá. Transsexual women. Linguistic variation. Linguistic technology. Queer Linguistic.

## El pajubá como tecnología lingüística en la constitución de identidades y resistencia de travestis

### RESUMEN

El propósito de este artículo es presentar una breve reflexión teórica sobre cómo los travestis utilizan el pajubá como variación lingüística de género, sexualidad y clase y como tecnología de subversión en la elaboración lingüística de una identidad grupal, subjetividades individuales, resistencia social y enfrentamiento. con las reglas binarias de existencia impuestas socialmente por la heteronormatividad obligatoria. La metodología consistió en un análisis bibliográfico de materiales de referencia según un enfoque cualitativo e interpretativo, la Teoría Queer (BUTLER, 2017; MISKOLCI, 2017; SALIH, 2017) y la Lingüística Queer (BORBA, 2014), con aportes de Estudios Descoloniales (RIBEIRO, 2017; PEREIRA, 2015; VERGUEIRO, 2015; SPIVAK, 2010, LUGONES, 2008).

**PALABRAS CLAVE:** Pajubá. Travestis. Variación lingüística. Tecnología lingüística. Lingüística Queer.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fabiana da Silva Campos. **Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro (Micro AFERJ):** uma contribuição para o conhecimento dos falares fluminenses. Tese (Doutorado em linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. 2v. Volume I – 163 fls. Volume II - 6 cartas introdutórias e 306 cartas fonéticas.

AZEVEDO, Janaina. Minidicionário – Termos de Umbanda Tradicional. *IN:* AZEVEDO, Janaina. **Tudo o que você precisa saber sobre Umbanda.** Vol. 2. São Paulo: Universo dos Livros, 2010, p. 93-124.

BARCELOS SOLIVA, Thiago; GOMES JUNIOR, João. Entre vedetes e “homens em travesti”: um estudo sobre corpos e performances dissidentes no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX (1900-1950). **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 26, n. 1, p. 123-148, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/30003> Acesso em: 19 ago. 2020.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê: Assassinatos e violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018.** Brasil: ANTRA, 2019.

BORBA, Rodrigo. **(Des) aprendendo a "ser":** trajetórias de socialização e performances narrativas no Processo Transexualizador. 2014. Tese (Doutorado em linguística aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Manual de Sociolinguística.** 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 15. ed. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMARANO, Pedro Anácio; FRANCESCHINI, Bruno. Bajubá: a subversão das identidades por meio da linguagem LGBT. **REDISCO - Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo**, Vitória da Conquista, v. 14, n. 1, p. 8-28, 2019. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/issue/archive> Acesso em 19 ago. 2020.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de Linguística e Gramática** – referente à Língua Portuguesa. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, n. 16, v. 2, p. 233-249, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.** 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COELHO, Izete. **Sociolinguística.** Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

COLETIVO LGBT+ AMETISTA. **Glossário LGBT+**. Rio de Janeiro, UERJ: LACON – Laboratório de Comunicação, Cidade e Consumo, 2019.

CRUZ, Luan da; TITO, Raphael de Paula. A comunidade LGBT no desdobramento da língua lorubá. *IN: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA, XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA. Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, vol. XX, n. 12, p. 9-21, 2016.

DUBOIS, Jean *et all* (org.). **Dicionário de Linguística**. 10. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1998.

FIGARI, Carlos. **@s outr@s cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5. ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FRY, Peter. Filhos de pombagira. **Revista de História da Biblioteca Nacional: Homossexualidades - da perseguição à luta por igualdade**, ano 10, n. 119, p. 26-29, 2015.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. O gênero das travestis: corpo e sexualidade na cultura brasileira. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 1115-1119, 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702009000400015&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000400015&lng=pt&nrm=iso) Acesso em: 20 ago. 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTMANN, Marcel. ENEM 2018: leia a questão sobre o pajubá, o dialeto de travestis. **GAUCHAZH – Educação e Trabalho**. 04/11/2018 (atualizado em 05/11/2018 – 08h48m). Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2018/11/enem-2018-leia-a-questao-sobre-o-pajuba-o-dialeto-de-travestis-cjo3hjbcl0b8601rxzuxhjnll.html> Acesso em: 30 jun. 2019.

HILÁRIO, Rosângela; GOMES JUNIOR, João. Raça, gênero e sexualidades no espaço escolar: relato sobre processos de formação e exclusão de estudantes a partir de uma oficina didática. *IN: JÚNIOR, Jonas Alves da Silva; SALES, Sandra Regina; SILVA, Tiago Dionísio da* (org.) **Direitos Humanos na Educação Básica: diálogos e interseccionalidades**. Curitiba: CRV, 2019, p. 56-66.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, 2013. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/download/320/490> Acesso em: 20 ago. 2020.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

LIMA, Carlos Henrique Lucas. **Linguagens pajubeyras: re(ex)sistência cultural e subversão da heteronormatividade**. São Paulo: Editora Devires, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. 5. reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Revista Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf> Acesso em: 20 ago. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora / UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2017 (Série Cadernos da Diversidade, vol. 6).

MISKOLCI, Richard.; PELÚCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Revista Gênero**, Niterói, v. 7, n. 2, p. 257-269, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/viewFile/30980/18069> Acesso em: 22 ago. 2020.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Pesquisa interpretativista em linguística aplicada: a linguagem como condição e solução. **D.E.L.T.A. – Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 329-338, 1994. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/45412> Acesso em: 22 ago. 2020.

MOLLICA, Maria Cecilia; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed. 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2017.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer decolonial: quando as teorias viajam. **Revista Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos – SP, v. 5, n. 2, p. 411-437, 2015. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/340/> Acesso em: 22 ago. 2020.

PRICE, Richard; MINTZ, Sidney W. **An anthropological approach to the Afro-American past: a Caribbean perspective**. Philadelphia: Institute for the Study of Human Issues, 1976.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala**. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2010.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**.

2015. Dissertação (Mestrado em cultura e sociedade). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VIP, Ângelo; LIBI, Fred. **Aurélia, a dicionária da língua afiada**. São Paulo: Editora do Bispo, 2006.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 1. ed. 4. reimp. Tradução e notas: Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2017.

STYCER, Maurício. Travesti lança dicionário. **Jornal Folha de S. Paulo**. São Paulo: 22 de junho de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/22/cotidiano/18.html> Acesso em: 04 nov. 2019.

**Recebido:** 01/05/2020.

**Aprovado:** 01/09/2020.

**DOI:** 10.3895/cgt.v14n43.12174.

**Como citar:** GOMES JUNIOR, João. O pajubá como tecnologia linguística na constituição de identidades e resistências de travestis. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n.43, p. 300-314, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

**João Gomes Junior**

Rua F, número 606, Vila Camarim, Queimados, Rio de Janeiro, Brasil.

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

